

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 780 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1998

## Senadores ouvem Malan e votam acordo com FMI em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos realizou ontem audiência com o ministro da Fazenda, que explicou detalhes dos empréstimos a serem concedidos ao país, e o plenário decidiu apreciar a matéria na sessão de amanhã



Antonio Carlos Magalhães e Pedro Piva (D) ouvem as explicações de Malan sobre o acordo com os organismos internacionais

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, esteve ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, debatendo com os senadores detalhes do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos externos. Malan reconheceu que a crise brasileira é mais profunda do que parece à primeira vista, mas previu que o país sobreviverá à turbulência, defendendo, para isso, a concretização do ajuste fiscal. Acompanhado pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o ministro respondeu a várias perguntas. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assistiu a uma parte da audiência, que durou mais de três horas. PÁGINAS 3, 4, 5 E 6

### Exigência da Lei Camata deve ser permanente

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de lei que torna permanente a exigência de redução do excesso de despesa com pessoal na administração pública, prevista na Lei Camata. A proposta, de autoria do senador Romero Jucá, será encaminhada ao plenário em regime de urgência.

PÁGINA 7

### Estados poderão compensar perdas com fundo da educação

O Senado aprovou projeto de resolução que permitirá aos estados contratar com a União operações destinadas a compensar as perdas de receitas decorrentes da aplicação da lei que

trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A proposta irá agora a promulgação.

PÁGINA 9



Na votação do projeto, o plenário do Senado acolheu o substitutivo do senador Osmar Dias à proposta original do senador Ney Suassuna

### Congresso aprecia MP das entidades filantrópicas

O Congresso Nacional vota hoje, às 14h30, três medidas provisórias, entre elas a que restringe a isenção de contribuições previdenciárias das entidades consideradas filantrópicas. As outras MPs tratam de crédito extraordinário e do Programa Emergencial de Frentes Produtivas.

PÁGINAS 2 E 11

# Congresso vota MP que reduz isenções na Previdência Social

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 14h30, para votar três medidas provisórias, entre elas a MP 1.729, que restringe as isenções previdenciárias de entidades que gozam de incentivos sob a denominação de instituições filantrópicas.

Outra matéria a ser apreciada é a MP 1.714/3, que autoriza o Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de R\$

15,5 milhões em favor do Ministério do Meio Ambiente. A terceira medida provisória a ser discutida pelo Congresso institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas (MP 1.687/6).

A Comissão Mista de Orçamento também tem reunião marcada para hoje, às 14h, quando deverão ser apreciados pareceres a projetos de lei autorizativos de créditos especiais.

## Plenário aprecia novas penas nos casos de trabalho escravo

O Senado deve votar na sessão plenária de hoje projeto de lei que altera o Código Penal para definir como crimes condutas que configurem ou favoreçam trabalho forçado ou escravo. O projeto, oriundo da Câmara, fixa pena de detenção de um a dois anos e multa para quem impedir alguém de se desligar de serviço de qualquer natureza mediante coação ou retenção de documentos. O relator da matéria,



O senador Josaphat Marinho apresentou parecer favorável à proposta

senador Josaphat Marinho (PFL-BA), apresentou parecer favorável.

Também estará na pauta projeto de iniciativa do Executivo que altera o Código Penal Militar, estabelecendo penalidade para o desertor cuja apresentação ou captura ocorra após dez dias da consumação do crime de deserção especial. A iniciativa

visa também punir com maior rigor a deserção de sargentos, subtenentes, suboficiais e oficiais, conforme exposição de motivos do Ministério da Justiça.

A proposta de emenda constitucional que fixa em cinco anos o prazo de prescrição para ações trabalhistas no meio rural, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), entra no segundo dia de discussão em primeira turna na sessão

plenária de hoje.

Deve ser votado, ainda, requerimento de urgência para o projeto de lei da Câmara que trata da extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentação a internação psiquiátrica compulsória.

## Quintanilha quer urgência para corredor de transporte

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou ontem que a importância e urgência que o governo federal deve dar à implementação do Corredor Multimodal de Transporte Centro-Norte baseiam-se no necessário contraponto ao equacionamento das contas públicas: a busca paralela de alternativas que propiciem



Leomar Quintanilha

“a retomada do crescimento econômico, como forma de revitalizar as ações dos agentes econômicos e reduzir o preocupante nível de desempre-

go que assola o país”.

O corredor engloba a implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins, a continuação da Ferrovia Norte-Sul e o aproveitamento da rodovia BR-153 (Belém-Brasília), “utilizando-se de todos esses modais para colocar os produtos das regiões Norte, Nordeste e Centro-

Oeste nos portos de Itaqui e Ponta da Madeira, no Maranhão, ou de Vila do Conde, no estado Pará”, informou o senador.



Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
- ▶ 14h30 - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*Substituto ao PLS nº 104/96, que dispõe sobre a presença de identificação tátil entre as características gerais das cédulas de papel-moeda; \*PLC nº 76/97, que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal; \*PLC nº 25/98, que altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001/69 - Código Penal Militar; e \*Requerimento nº 584/98, de autoria do senador Hugo Napoleão, solicitando urgência para o PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentação a internação psiquiátrica compulsória.

- ▶ 14h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: \*MP nº 1.687-6, que institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas; \*MP nº 1.714-3, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R\$ 15,5 milhões; e \*MP nº 1.729, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Plenário da Câmara dos Deputados*

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Primeira parte  
Cerimônia de aposição do retrato do senador Iris Rezende  
Segunda parte  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 18/96, que dá nova redação ao artigo 8º da Constituição, suprimindo o inciso II, que trata da unidade sindical; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. *Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 10h - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 012/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLS nº 112/97, que estabelece mecanismo para a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda que especifica; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagens voltada à educação para o trânsito; \*Emenda de Plenário ao PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; e \*PDL nº 64/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório-RS. *Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1/12/65, para criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); \*PLS nº 253/96, que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; \*PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; e \*PLS nº 005/94, que dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1998

saúde de seus empregados. *Sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 250/98, que submete ao Senado o nome do senhor Geraldo Affonso Muzzi, ministro de segunda classe da carreira de diplomata para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Malásia; \*Mensagem nº 216/98, que submete ao Senado o nome do senhor José Olympio Rache de Almeida, ministro de primeira classe da carreira de diplomata para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a Coreia, em 1995, ressalvada a alínea “b” do item 6 de seu art. 2º; \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 1997; \*PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul; e \*PDL nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro. *Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: \*Mensagem nº 275/98, submetendo à deliberação do Senado, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição o texto dos contratos das operações externas de natureza financeira envolvendo o Banco Central do Brasil, com garantia didejussória da União, o Banco de Compensações Internacionais - BIS, e o Banco do Japão, bem como a documentação referente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. *Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 10h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apreciação de vários pedidos de créditos suplementares solicitados pelo Poder Executivo. *Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

### ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Bela Donna*, dirigido por Fábio Barreto, baseado no romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rêgo. *Auditório Petrônio Portella*

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

- Quinta-feira (10.12.98)
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
*Hora do Expediente:* O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos termos do Requerimento nº 557/98, do senador Eduardo Suplicy e outros.  
*Oradores inscritos:* Eduardo Suplicy, Franceline Pereira, Pedro Simon, Ademir Andrade, Júlio Campos, Lúcio Alcântara, Benedita da Silva, Emília Fernandes, Marina Silva, Romeu Tuma.  
Pauta: Dependendo de parecer da CAE a \*Mensagem nº 275/98, que submete à deliberação do Senado o texto dos contratos das operações externas de natureza financeira envolvendo o Banco Central do Brasil, com a garantia fidejussória da União, o Banco de Compensações Internacionais - BIS e o Banco do Japão, bem como a documentação referente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, no contexto das negociações com essas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; \*Projeto de Resolução nº 109/98, que autoriza o estado do Paraná a contratar operação de crédito e compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o estado do Paraná, nos termos do disposto na MP nº 1.654/25, e na Lei nº 9.496/97, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 3, 8 bilhões; \*Projeto de Resolução nº 111/98, que autoriza o estado de Sergipe a realizar a operação de crédito, no valor de R\$ 31,5 milhões, baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União, o estado de Sergipe e o Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e terceiro e último dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); e \*Hora do Expediente, será destinada a comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sexta-feira (11.12.98)

- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Malan diz que crise é séria, mas Brasil sobreviverá à turbulência

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, debateu ontem com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a crise econômica e os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos externos. Malan reconheceu que a crise é mais profunda do que parece à

primeira vista. Mas, segundo ele, a estabilidade econômica da América Latina depende do Brasil, já que o país é responsável por 40% do Produto Interno Bruto do continente. Ele foi interrogado por senadores de diferentes partidos que compareceram à reunião.

Ladeado por Gustavo Franco e Pedro Piva, Malan fala aos senadores, entre eles José Roberto Arruda (D). Ele disse que o acordo com o FMI não deveria surpreender ninguém, porque o ajuste fora previsto pelo presidente



A crise econômica é mais profunda do que se imaginava e o país ainda conviverá com ela por um tempo, mas o Brasil vai sobreviver a essa turbulência, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante exposição sobre o acordo do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras, feita para os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Nossa crise é mais profunda do que parece à primeira vista. Os mercados financeiros estão fechados, mas a estabilidade econômica na América Latina depende do Brasil,

## Desequilíbrio crônico torna país vulnerável

Para o ministro, a economia brasileira ainda é vulnerável às crises, devido ao desequilíbrio “crônico” na parte fiscal. Os governos, acrescentou, vivem além de seus meios, e existe ainda o que chamou de “rigidez estrutural”, ou seja, normas de gastos previstos na Constituição que comprometem os orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Essas normas estariam sendo flexibilizadas com as reformas constitucionais, segundo o ministro.

A atitude mais adequada para enfrentar a crise econômica, segundo Malan, foi o acerto desse acordo com o mercado financeiro in-

ternacional. Segundo ele, outras alternativas “teriam custos muito maiores do que essa”.

Para a política cambial, o compromisso acertado no memorando é um gradual alargamento das minibandas, atualmente fixadas em US\$ 1,2 e US\$ 1,22 (teto e piso da variação do dólar com relação ao real), informou o ministro, anunciando que em breve será feita a sexta mudança dessas bandas.

As demais metas estabelecidas estão previstas até 1999. Todas as metas, após esse período, são apenas indicativas, sujeitas à revisão e à negociação do país com o FMI,

já que o país é responsável por 40% do Produto Interno Bruto do continente. Portanto, é de interesse de todos que o Brasil sobreviva a essa turbulência, como estou seguro de que o fará – disse.

Malan explicou que o protocolo de acordos do país com o FMI, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Banco do Japão e o FED (o banco central norte-americano) – para obtenção de uma linha de crédito de até US\$ 41,5 bilhões – foi uma necessidade, depois que o contexto internacional se tornou mais adverso, principalmente após a moratória da Rússia, em agosto deste ano.

O ministro disse que a maior parte dos termos desse protocolo já fora anunciada pelo governo e pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, quando informou, na campanha eleitoral, em setembro, que o país precisaria fazer um ajuste fiscal rigoroso e reduzir seus gastos.

– Esse acordo não deveria causar surpresa a ninguém. O que está no documento é o que estamos nos comprometendo a fazer. Foi com base nesse programa de ajuste fiscal, já anunciado à sociedade, que apresentamos nosso pedido de apoio à comunidade financeira internacional – observou.

– Não havia fundamentalismo religioso de nossa parte. Agora achamos que era de nosso interesse. Nossa posição é pragmática, mas sem síndromes de coitadinho, sem complexo de inferioridade – disse.

Ao final de sua exposição, Malan disse que o Brasil, apesar da crise internacional, recebeu este ano US\$ 23 bilhões de investimentos diretos, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, China e França.

## Senado aprova urgência para votar empréstimos

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência para votação da Mensagem 275/98, pela qual o presidente Fernando Henrique Cardoso submete à deliberação da Casa os contratos das operações financeiras envolvendo o Banco Central, com garantia da União, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão, bem como a documentação referente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a aprovação desse requerimento de urgência, ficou decidido que esses contratos de operações externas serão apreciados amanhã pelo plenário. Foi aprovada também urgência para projeto de resolução que autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, e para o projeto de

lei da Câmara que institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos, além de suas instalações. Os senadores também aprovaram requerimentos para que sejam deliberados com urgência os seguintes projetos: o que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de até 225 milhões de marcos alemães, entre a Eletrobrás e um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank; o que dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho; e outro autorizando Sergipe a realizar operação de crédito de R\$ 31,5 milhões. Também foi aprovada urgência para o estado do Paraná contratar operação no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$3,8 bilhões. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) votou contrariamente a essa urgência.

## Osmar indaga sobre valores

Durante a audiência do ministro Pedro Malan na Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) mostrou-se preocupado com o valor exato do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em sua resposta, o ministro discriminou as diversas fontes dos cerca de US\$ 41,5 bilhões, que serão colocados à disposição do país pelas entidades financeiras internacionais da seguinte forma:

1) O FMI irá arcar com US\$ 18 bilhões, o que equivale a seis vezes a quota do Brasil na instituição;

2) O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial - Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) colocarão, cada um, US\$ 4,5 bilhões;

3) Outros US\$ 13,18 bilhões do acordo fazem parte da contribuição de 19 países diferentes, membros do Banco de

Compensações Internacionais (BIS); e  
4) O Japão destinará US\$ 1,25 bilhão, também por intermédio do BIS.

Questionado por Osmar Dias, Malan também relacionou as taxas de juros que incidirão sobre cada parcela do empréstimo, caso seja usada ou não. Segundo o ministro, trata-se de um custo razoável para esse tipo de operação.

– O acordo tem natureza preventiva. Esperamos não ser necessário que o Brasil utilize a totalidade dos recursos. Isso dependerá da evolução do contexto da economia internacional e da economia doméstica – analisou o ministro.

Por fim, Osmar Dias perguntou a Pedro Malan como os recursos serão empregados. Acompanhando a objetividade do senador, o ministro foi sucinto ao definir que o dinheiro do acordo que for efetivamente sacado será incorporado às reservas internacionais do país.



Na Comissão de Assuntos Econômicos, vários senadores defenderam um exame mais demorado dos documentos firmados com o Fundo Monetário Internacional

## Análise do acordo com o FMI gera debate na CAE

Em reunião pela manhã, antes de ouvirem o ministro da Fazenda, senadores discutiram tramitação dos documentos na comissão

A apreciação, pelo Senado, do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras motivou um longo debate na reunião da manhã de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As notícias de que o exame do acordo ocorreria com pedido de urgência e de que o parecer às operações de crédito, elaborado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), seria apresentado ainda no mesmo dia, provocaram reclamações de diversos senadores.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o acordo com o FMI deveria ser debatido com rigor pela CAE, por se tratar de “mais que uma simples troca de moedas”. Ele alertou para o fato de que, nesse acordo, o Brasil irá pagar juros maiores que os geralmente cobrados.

– O Congresso dos Estados Unidos – disse Suplicy – recomendou que fossem cobradas taxas mais elevadas. Será que o Senado vai abrir mão de sua prerrogativa

constitucional? Trata-se de uma nova forma de empréstimo a países em dificuldades na balança de pagamentos, com exigências nunca antes feitas, e a maior transação financeira já realizada pelo país.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a discussão do acordo, pelo Senado, durante o tempo que for necessário, e criticou a intenção de pedir urgência para a tramitação. A previsão de que o relatório do senador Arruda seria lido após a exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi criticada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC).

– É um acordo internacional gravoso ao país. Em respeito ao Senado, devemos ter o cuidado de cumprir toda a liturgia do debate – declarou o senador.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) indignou-se ao saber do presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que o ministro da Fazenda só ficaria à disposição da comissão por duas horas na tarde de ontem – tempo considerado muito

curto também pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

– Se for assim, eu acho que ele não precisa vir. Da minha parte, eu libero o ministro – afirmou Simon, antes de ser informado pelo líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), de que o ministro estaria disponível pelo tempo necessário.

O senador Levy Dias (PPB-MS) alertou os membros da CAE para a notícia de que o país pagou R\$ 7,1 bilhões de juros apenas no mês de setembro. Segundo ele, a primeira parcela do acordo com o FMI, estimada em US\$ 16 bilhões, vai ser “engolidas” em menos de 90 dias.

De posse de apenas dois dos cinco documentos que compõem o pacote de empréstimos – que totaliza R\$ 41,5 bilhões –, o senador José Fogaça (PMDB-RS) indagou se a CAE deveria posicionar-se sobre cada um deles ou sobre toda a transação. O presidente da comissão esclareceu que questões dessa natureza serão resolvidas na discussão da matéria.



Senadores José Eduardo Dutra, Esperidião Amin e Pedro Simon participaram dos debates na CAE

## Simon teme divisão no governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou preocupação, na audiência do ministro Pedro Malan, com a existência de duas correntes antagônicas dentro do governo. “A primeira, liderada pelo ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, teria preocupação exclusiva com o equilíbrio financeiro, e a segunda, representada pelo ex-ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, privilegiaria o desenvolvimento econômico-social do país”, afirmou.

Segundo Simon, o noticiário da imprensa tem registrado as dúvidas do presidente Fernando Henrique Cardoso, ora optando por um modelo ora por outro. “Há necessidade de vivermos a angústia de um governo dividido entre duas políti-

cas antagônicas? Há necessidade de adiar planos de crescimento e manter os juros na estratosfera?”, indagou.

Malan afirmou que durante as reuniões do Ministério existe grande convergência de opiniões. “Não é verdade que a equipe econômica seja contrária à existência de um Ministério da Produção, para se preocupar com produtividade das empresas, eficiência da economia, redução do custo-Brasil”, frisou.

Ele disse que compartilha a angústia com os juros altos e a impossibilidade de fazer a economia crescer mais depressa. “Não acredito, porém, que nosso modelo, que busca preservar a inflação baixa, seja incompatível com uma política de crescimento sustentado”, salientou.

## Dutra questiona garantias

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu explicações sobre o acordo firmado entre o Banco Central e o Banco do Japão, quais as garantias oferecidas pelo governo e se a abertura de uma conta especial em reais afetaria a base monetária brasileira.

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, explicou que o Banco do Japão preferiu adotar o modelo de *swap* para o acordo. O modelo consiste na abertura de contas especiais no Banco do Japão, em ienes, e no Banco Central, em reais, resultando numa troca de moedas. A operação, segundo Franco, não causa nenhum impacto sobre a base monetária, pois trata-se apenas de recurso contábil, e as garantias dadas se resumem aos avais do Banco Central e do Tesouro Nacional.

O senador perguntou ao ministro Pedro Malan se não era muita pretensão inserir como obrigação do governo brasileiro o que hoje é uma avaliação, que pode mudar no futuro. “Nenhum de nós tem o monopólio da verdade”, respondeu Malan, ao explicar que nunca procurou atribuir a situação vivida pelo Brasil a eventos e boatos ocorridos em setembro.

Dutra perguntou ainda se existia algum outro documento ou compromisso que não tivesse sido apresentado ao Senado. O ministro explicou que houve um erro no envio do acordo à Casa, pois a versão traduzida para o português não estava atualizada como a versão em inglês. Na versão em português, continuou, há um pedido de informações que não consta do texto em inglês, mais atualizado.

## Jefferson vê blefes na negociação

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) comparou as negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a um jogo de pôquer, em que todos blefam e sabem que não têm jogo nas mãos. Segundo ele, “o Brasil vai ao FMI achando que tem alternativa e não tem. O FMI finge que existe a alternativa de não conceder o empréstimo e o Senado Federal finge, blefa também, que pode rejeitar esse acordo”.

Jefferson Péres perguntou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, se o acordo com o FMI não tem uma carta de intenções do Brasil, como nos acordos anteriores; se no acordo existe a proibição expressa de que o Brasil faça controle de saída de capitais; se o ministro confirmaria a notícia vazada pelo FMI de que o Brasil teria superávit de US\$ 12,8 bilhões na balança comercial, dando a impressão de que haveria desvaloriza-

ção do real; se existe o compromisso de não conceder subsídio à agricultura; e se haveria algum demérito em recorrer ao FMI, uma vez que, em sua explanação inicial, o ministro teria demonstrado um certo orgulho de ter feito o reescalonamento da dívida externa brasileira sem recorrer ao FMI.

Pedro Malan explicou que este acordo com o FMI é de natureza preventiva e a carta de intenções foi substituída por um memorando de política econômica, acompanhado de um memorando técnico. Em relação ao controle de saída de capitais, o ministro disse que esse tipo de alternativa “sabe-se como começa e não se sabe como termina”, mas acaba sempre afugentando qualquer entrada de capitais, até mesmo os de investimento direto.

Quanto ao vazamento do FMI, Malan disse que se trata de uma nota divulgada com tabela de estimativa de

exportações e importações brasileiras. A imaginação de alguém, prosseguiu o ministro, levou a duas interpretações errôneas: a de que haveria um critério de desempenho na balança comercial e a de que haveria um compromisso de desvalorização do real. Mas, acrescentou, o governo pretende continuar com a política atual para o câmbio, sem desvalorização abrupta.

O ministro negou haver qualquer cláusula no acordo com o FMI prevendo a retirada ou a não concessão de subsídios à agricultura. Quanto a procurar o FMI, o ministro lembrou que a negociação da dívida externa coincidiu com o lançamento da URV e, posteriormente, do Real. Malan disse que os técnicos do FMI não estavam muito seguros quanto ao sucesso da implantação da URV e do Real, e que não procurou a instituição porque não achou necessário.

## Juros e capital especulativo preocupam os senadores

Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Levy Dias (PPB-MS) quiseram saber do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o que está sendo feito para livrar o Brasil da dependência com relação ao capital estrangeiro "volátil". O pagamento dos serviços da dívida e as altas taxas de juros também foram definidos como "insustentáveis" por Ademir e Levy.

Amin classificou a dependência do dinheiro "de motel" (capital especulativo de curto prazo) como uma circunstância terrível da economia brasileira. "Aconteceu o que era previsível", afirmou o senador de Santa Catarina, referindo-se à fuga de reservas internacionais registrada principalmente no mês de setembro.

Para Ademir Andrade, a tendência crescente dos pagamentos da amortização dos serviços da dívida – que, pela proposta de orçamento para 1999, irá consumir R\$ 91,3 bilhões – deve levar o país para uma situação de insolvência.

O senador acredita que o governo só conseguirá criar superávit na balança comercial caso promova uma grande repressão ao consumo, que passa pelo achatamento de salários e aumento do desemprego.

A recente divulgação do déficit das contas públicas referente ao mês de setembro, que ficou em R\$ 7,1 bilhões, preocupou o senador Levy Dias. Para o senador de Mato Grosso do Sul, o momento é de repensar a política de juros da dívida interna e aliviar o setor produtivo nacional.

O ministro Pedro Malan concordou com várias das colocações dos senadores, que formularam suas perguntas



Ademir teme aumento do desemprego e achatamento de salários

em bloco. Segundo Malan, que apoiou as restrições feitas por Amin, o Brasil assumiu uma posição de liderança em favor da manutenção de limites para a entrada de dinheiro especulativo nos países. Malan revelou-se a favor de que seja cobrado um "pedágio" na entrada do capital e não na saída.

Quanto ao crescimento do país, Malan acredita que as condições para um crescimento sustentável vêm sendo criadas, com a elevação do nível tecnológico da economia e a eliminação das diferenças regionais.

Malan deu razão a Levy Dias ao chamar atenção para "o custo insuportável dos juros nominais". Ele informou que o objetivo da área econômica do governo, com os ajustes propostos, é iniciar uma trajetória declinante dos juros.

Mas, segundo Malan, o sacrifício da população era maior quando a inflação era alta. Para ele, os "verdadeiros pobres" eram os mais penalizados pelo "imposto inflacionário".

Ademir Andrade não ficou satisfeito com as respostas de Malan. O senador quis saber ainda até que limite a dívida pública pode chegar em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que hoje está em mais de 40%. Para o ministro, esse nível não é muito elevado, pois chega, em países como Grécia e Itália, a 50% do PIB.

– O propósito do programa de estabilidade fiscal é justamente estabilizar a dívida no próximo triênio. Se o país não conseguir resolver o problema de déficits crescentes da Previdência, vai continuar tendo que aumentar impostos e o endividamento. Vai depender do que formos capazes de fazer este ano e no próximo. Se não conseguirmos, aí sim teremos uma situação insustentável e eu concordo contigo – afirmou Malan, referindo-se a Ademir.



Levy Dias disse que é hora de "aliviar" o setor produtivo

## Escritório de advocacia ajudou na redação

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) perguntou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, qual escritório de advocacia, sediado em Washington (EUA), assessorou o governo brasileiro na redação e negociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições financeiras.

Malan respondeu que foram utilizados serviços do escritório Arnold



Miranda perguntou qual escritório assessorou o governo

& Porter, mas somente para os acordos com o Banco do Japão e o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

O protocolo negociado com o FMI não envolveu qualquer escritório de advocacia, segundo o ministro. "É um memorando precedido apenas de discussões técnicas", disse. O escritório Arnold & Porter, segundo Malan, já foi utilizado em outras ocasiões pelo governo brasileiro.

## Suplicy acha difícil cumprir metas assumidas pelo governo

Com PIB 1% menor, governo planeja sair de déficit para superávit no comércio externo. Senador prevê recessão maior do que a anunciada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou dados do próprio acordo com o FMI para questionar a viabilidade das metas assumidas pelo governo brasileiro. O senador lembrou que, segundo essas metas, o Produto Interno Bruto (PIB) deve diminuir 1%, em 1999, mas a balança comercial precisa saltar de um déficit de US\$ 5 bilhões, este ano, para um superávit de US\$ 2,8 bilhões no ano que vem. Para ele, uma virada de tal proporção na balança comercial implicaria uma recessão muito mais profunda do que a anunciada, acarretando um aumento do desemprego.

Em sua resposta, Malan afirmou que houve uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar já neste ano, política que terá continuidade no ano que vem. Para ele, assim aumentou-se a competitividade da produção brasileira no mercado internacional, que deve acarretar uma reversão na balança comercial.

O senador também argumentou que o aumento do chamado custo Brasil, com a elevação de tributos cumulativos como a Cofins e a CPMF, além da alta dos juros e dos preços de combustíveis, seria um empecilho para as exportações e a reversão da balança comercial. Para o ministro, entretanto, houve uma grande redução nos custos dos transportes e custos portuários, embora tenha reconhecido que os custos de impostos no Brasil deixam o produtor nacional em posição desfavorável. Pediu, então, a ajuda do senador para efetivar a reforma tributária proposta pelo governo. Na réplica, Suplicy disse que teria prazer em discutir com Malan a reforma proposta por seu parti-



A Comissão de Assuntos Econômicos ouviu, atentamente, as explicações do ministro Pedro Malan ao questionamento dos senadores

do em 1995, que tem como premissa uma maior justiça social.

A primeira indagação formulada por Suplicy foi se a vinculação do crescimento da base monetária ao aumento das reservas internacionais, condicionando a possibilidade de crescimento interno ao desempenho do setor externo, não funcionaria como uma camisa-de-força para o crescimento da economia brasileira. A resposta foi dada pelo secretário de Política Econômica, Amauri Bier, para quem a projeção das reservas internacionais brasileiras foi feita de forma "absolutamente conservadora", apontando para uma perda declinante dessas reservas nos próximos meses. Assim, o país ficaria protegido de medidas de restrição da base monetária prevista no acordo com o FMI a partir dos critérios de desempenho previamente estabelecidos.

Suplicy indagou se os Estados Unidos, país que é o maior cotista do FMI, não estariam utilizando a instituição para avan-

çar seus objetivos nacionais nos países em desenvolvimento que recorrem ao fundo, especialmente em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Malan respondeu que nenhuma questão sobre a Alca foi mencionada nas negociações.

O senador por São Paulo quis saber ainda se cada retirada subsequente, pelo Brasil, de recursos colocados à disposição do país – que, pelo acordo, será regida por "novas condições" – seria submetida à autorização prévia pelo Senado. Suplicy lembrou ação judicial impetrada pelos membros da oposição no Senado solicitando o envio dos documentos após declaração do ministro de que não mandaria para o Senado a íntegra dos textos dos acordos firmados. Malan negou ter feito qualquer declaração de que não seria sua intenção encaminhar os acordos ao Senado, mas não respondeu a Suplicy se a aprovação, pelo Senado Federal, da totalidade do acordo seria uma salvaguarda para o próprio governo.

## CAE vota hoje parecer de Arruda favorável ao texto do protocolo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, às 10h, o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) favorável ao Acordo do Brasil com o FMI e demais organismos internacionais. O presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), tentou colocar o projeto em votação logo após a arguição ao ministro Pedro Malan, mas o senador Eduardo Suplicy pediu vistas, alegando ser a documentação extensa demais, necessitando de tempo para seu exame.

Para Arruda, é fundamental destacar que se trata de um programa de apoio financeiro da comunidade internacional ao Brasil "de natureza preventiva", ou seja, o governo brasileiro usará os recursos se, e quando, for necessário. "Os empréstimos obtidos visam recompor as reservas internacionais, o que ampliará a capacidade de defesa do governo a eventuais movi-

mentos de ataque especulativo. Este reforço também contribuirá para a redução dos juros internos", garantiu.

Arruda assegurou que a redução mais rápida dos juros internos terá um papel decisivo na retomada do processo de desenvolvimento do país e na geração de empregos. "Assim, o governo poderá enfrentar, de forma mais rápida, o desafio da redução da pobreza e das desigualdades sociais", disse.

Ele lembrou que os recursos oriundos do acordo, da ordem de US\$ 41,5 bilhões, serão disponibilizados através do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco de Compensações Internacionais (BIS), Banco do Japão (BOJ), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Aprovado o acordo pelo Senado, o governo poderá sacar imediatamente a primeira parcela, ges-

to importante para demonstrar à comunidade financeira internacional que os recursos estão mesmo disponíveis", destacou.

O governo enviou toda a documentação relativa aos acordos e, por isso, Arruda insistiu na votação imediata do projeto de resolução. Mas o senador Suplicy fez questão de pedir vistas. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, presente a quase toda a sessão de arguição de Malan, argumentou se tratar de um preceito regimental legítimo.

Arruda aproveitou uma sugestão do senador Esperidião Amin (PPB-SC) no sentido de obrigar o governo a enviar, trimestralmente, à Casa o demonstrativo do cumprimento das metas, indicativos e critérios de desempenho relativos ao Programa de Apoio Financeiro que o Brasil assinou com o FMI e outros organismos internacionais.

## AS PROMESSAS AO FMI

No Memorando Técnico de Entendimento enviado ao FMI, o Brasil se compromete a cumprir as seguintes metas:



# Governo considera ajuda uma arma contra as incertezas

Na exposição de motivos enviada ao Senado, Malan diz que entendimentos permitem ao país enfrentar um período de turbulência internacional e respaldam o programa brasileiro de controle dos gastos públicos

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, discutiu ontem com os senadores na Comissão de Assuntos Econômicos estabelece a concessão de créditos no valor aproximado de US\$ 41 bilhões. Os recursos serão disponibilizados durante três anos por meio de instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), além do próprio FMI. O governo esclarece, na exposição de motivos que acompanha os termos do acordo enviado ao Senado, que a ajuda ao Brasil tem natureza preventiva.

“O acordo com o FMI é resultado de diálogos intensos que se iniciaram nos primeiros dias de outubro. Em dois comunicados conjuntos, o FMI

já manifestou seu apoio ao programa fiscal brasileiro. O Brasil considera que o programa com o Fundo é essencialmente preventivo e ajudará o país a enfrentar um período de profundas incertezas nos mercados financeiros internacionais”, ressalta o documento, assinado por Malan e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

### METAS

O documento estabelece metas fiscais, monetárias e de endividamento externo (veja quadro). O governo se compromete a adotar medidas que permitam alcançar essas metas, cabendo ao FMI acompanhar a sua implementação. O programa prevê a realização de seis avaliações em conjunto com o Fundo. Dessas avaliações depende a liberação de parcelas do financiamento.

No Memorando de Política Econômica apresentado ao FMI, o governo destaca que a ajuda internacional ao Brasil só foi possível devido à estabilidade monetária alcançada a partir de 1994. O documento produzido pelo Ministério da Fazenda acrescenta uma série de outras medidas que deverão fazer parte do “esforço pelo equilíbrio das contas públicas”. Algumas delas, assinala o texto, já vêm sendo tomadas.

“A estabilidade foi acompanhada de reformas estruturais que modernizaram a economia, como o programa de privatização, a desregulamentação de certos setores da economia e o fortalecimento do sistema bancário”, destaca o documento.

### DÉFICIT

Apesar disso, o Ministério da Fazenda admite que as finanças do se-

tor público ainda causam preocupação, repercutindo negativamente no balanço de pagamentos, isto é, no volume de recursos que o Brasil manda e recebe do exterior. O déficit público, lembra o governo, “tem obrigado o país a recorrer à poupança externa, aumentando o déficit (no balanço de pagamentos) de 0,5% do PIB, em 1994, para 4% do PIB, em 1997”.

O governo pretende fazer frente a esta situação, conforme o documento do Ministério da Fazenda, comprometendo-se com os organismos financeiros internacionais a atingir uma meta de crescimento de 2,6% do PIB em 1999. Para isso, propôs cortes no Orçamento, principalmente em custeio, além de aumentos nas alíquotas da CPME, da Cofins e da contribuição para apo-

sentadoria de servidores, proposta rejeitada pelo Congresso.

Outro compromisso do governo é manter o atual regime cambial. “A política de desvalorização gradual do real, em conjunto com as mudanças estruturais em andamento e os ganhos de produtividade significativos da economia brasileira contribuirão para o fortalecimento do desempenho das exportações e para um processo de substituição das importações, melhorando a situação das contas externas”, prevê o Memorando de Política Econômica. Além disso, o governo sinaliza para a comunidade financeira internacional com mudanças na legislação trabalhista e a adoção de normas mais rígidas para conter o endividamento público.

## Suplicy destaca respeito às atribuições do Senado

Apesar do tempo exíguo, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), uma leitura cuidadosa dos documentos dos acordos realizados pelo governo brasileiro com vários organismos internacionais revela que “todas as operações com os organismos multilaterais de crédito serão apreciadas pelo Senado Federal em seu conjunto”.

Sendo assim, concluiu o senador, estaria superado o problema que levou vários deputados e senadores do Bloco Oposição a entrarem com ação

popular junto ao Supremo Tribunal Federal para que as prerrogativas constitucionais do Senado não fossem violadas. A ação baseou-se em declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, segundo as quais o acordo firmado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispensaria a autorização do Senado.

– O Senado será respeitado. A operação de crédito com o FMI, vinculada às demais, precisa, sim, ser apreciada e autorizada pelo Senado Federal – reiterou o senador.

## Aprovação põe fim à crise nacional, diz Arruda

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem, em entrevista, que a aprovação do acordo significará o fim da crise brasileira. “Por isso, acredito que o Senado envidará esforços para que ele seja aprovado ainda essa semana. No minuto seguinte, o governo poderá sacar a primeira parcela no valor de US\$ 5,3 bilhões”, disse.

Arruda revelou que seu parecer sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco de Compensações Internacionais (BIS) e outros organismos financeiros não modifica os termos em que foram negociados pelo governo. “O maior interesse do Senado deve ser a



Suplicy vê respeito ao Senado; Arruda acredita que acordo “diminuirá taxa de risco da economia brasileira”

celeridade na aprovação, porque todos desejamos a normalização da situação financeira do país”.

Para Arruda, a assinatura do acordo dará um sinal claro de normalidade aos mercados interno e externo. “Esses recursos significam a re-

composição das reservas internacionais e a retomada dos fluxos de capitais. Essa normalidade abre caminho para a diminuição da taxa de risco da economia brasileira, possibilitando a queda gradativa da taxa de juros e a retomada do crescimento econômico”, assegurou.

O senador explica que o acordo prevê avaliação oficial dos indicadores econômicos do Brasil a cada trimestre. “Se houver exigência de números diários das reservas internacionais ou do fluxo de capitais, isso não é nenhum ‘bicho de sete cabeças’. O mercado já divulga esses números, tendo em vista o caráter instantâneo das operações financeiras, no mundo de hoje”, disse.

# CAE torna permanente regra da Lei Camata

A redução das despesas consideradas excessivas com pessoal, segundo emenda de José Fogaça ao projeto do senador Romero Jucá aprovado ontem, deverá ocorrer até a metade do exercício orçamentário seguinte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável a projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) que torna permanente a exigência para redução do excesso de despesa com pessoal, contida na Lei Complementar nº 82, de 1995, conhecida como Lei Camata. Segundo o relator, a alteração é justificada em face do caráter temporário do comando da Lei Camata, que estabelece regra apenas para o excesso verificado no seu "exercício de publicação".

O projeto foi aprovado com duas emendas do relator. A primeira estabelece que, excedido o limite de despesas com pessoal, o ajuste deverá ocorrer até a metade do exercício orçamentário seguinte. Na proposta de Jucá, esse prazo era de seis meses.

– Modificamos o prazo tendo em conta as previsíveis dificuldades que um governante enfrentará para promover cortes de despesas dentro de um exercício financeiro em curso, quando a lei orçamentária já está definida e em plena aplicação – justificou José Fogaça.

A outra emenda proposta por Fogaça determina que, depois de adequadas as despesas com pessoal, o estado ou município fica impossibilitado de usufruir novamente do benefício da lei por um período de cinco anos, contados do mês em que ocorrer a regularização. A CAE, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), também aprovou o encaminhamento da matéria em regime de urgência para apreciação do plenário.



A comissão aprovou encaminhamento da matéria ao plenário em regime de urgência



Projeto de Jucá recebeu duas emendas do relator

## Comissão aprova empréstimo de R\$ 31,5 milhões para Sergipe

Parecer do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) favorável à contratação de um empréstimo pelo governo de Sergipe junto à União, no valor de R\$ 31,5 milhões, a preço de 31 de dezembro de 1997, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também foi aprovada, a pedido do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), urgência para que a matéria seja encaminhada para apreciação do plenário.



Jefferson Péres vê dívida do estado sob controle

De acordo com o relator, o empréstimo, que faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, possibilitará o equilíbrio das contas públicas de Sergipe. Jefferson Péres ressaltou que o estado vem se caracterizando pelo adequado controle de sua dívida mobiliária e pelo bom desempenho de suas finanças públicas.

Para que os recursos sejam liberados, o estado de Sergipe terá de assumir as dívidas do Banco do Estado de Sergipe S/A (Banese) junto ao Banco do Nordeste e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que totalizam R\$ 24,26 milhões. O estado também terá

que capitalizar o Banese, mediante aporte de R\$ 9 milhões.

### ELETOBRÁS

A CAE aprovou ainda parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável à autorização para que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), com a garantia da União, contrate um empréstimo no valor de até 222 milhões de marcos alemães junto a um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank Ag. A matéria seguirá em regime de urgência para apreciação do plenário.

O dinheiro do empréstimo deverá ser utilizado no financiamento para a importação de bens e serviços visando à conclusão da Usina Nuclear de Angra II. Com exceção do senador José Eduardo Dutra, que se absteve, os integrantes da CAE votaram pela aprovação do parecer.

Participaram da reunião os senadores Osmar Dias (PR), Beni Veras (CE), Pedro Piva (SP), Jefferson Péres (AM), Sérgio Machado (CE) e José Roberto Arruda (DF), do PSDB; José Fogaça (RS), Pedro Simon (RS), Nabor Júnior (AC), José Saad (GO), Carlos Bezerra (MT), Fernando Bezerra (RN) e Ramez Tebet (MS), do PMDB; José Eduardo Dutra (SE) e Eduardo Suplicy (SP), do PT; Esperidião Amin (SC), Elói Portela (PI) e Levy Dias (MS), do PPB; Edison Lobão (MA), Romero Jucá (RR), Jonas Pinheiro (MT), Djalma Bessa (BA), Bello Parga (MA), Leonel Paiva (DF), Elcio Alvares (ES) e Francelino Pereira (MG), do PFL, além de Ademir Andrade (PSB-PA).

## CNEN deverá ter fonte própria de receita

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) pode ganhar em breve uma receita própria. Trata-se da taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radiativos, proposta pelo governo federal em projeto de lei que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de ontem. A matéria segue para apreciação do plenário do Senado.

Relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), a proposta determina que o novo tributo seja recolhido de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que trabalhem com ma-



Lobão defende taxa para todos que trabalhem com material nuclear

teriais nucleares e radiativos. Pelo projeto, organizações militares, hospitais do Sistema Único de Saúde, instituições de pesquisa e empresas jurídicas com finalidade filantrópica ficam isentas da taxa.

– A permanente escassez de recursos orçamentários torna reduzidas as dotações destinadas à CNEN, o que poderia comprometer o desempenho de suas funções, reduzindo o necessário nível de segurança nuclear – afirmou o relator.

## Assentados poderão ter crédito rural especial

A CAE aprovou, em caráter terminativo, substitutivo ao projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê crédito rural especial para assentados em áreas de reforma agrária e agricultores familiares.

– O projeto inclui em lei todos os critérios estabelecidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) para a concessão de condições especiais à agricultura familiar. É o que necessitamos para viabilizar a pequena propriedade rural – afirmou o senador

Osmar Dias (PSDB-PR), que relatou o projeto em substituição a Ney Suassuna (PMDB-PB). O substitutivo, com duas emendas do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), será apreciado pela CAE em turno suplementar.

Foi concedida ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vista do substitutivo do senador Leonel Paiva (PFL-DF) a três projetos de lei que permitem a pessoas físicas deduzir despesas com trabalhadores domésticos de seus rendimentos tributáveis.

## Empréstimo ao Rio será apreciado amanhã

Atendendo a solicitação do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Pedro Piva (PSDB-SP), convocou reunião extraordinária para a quinta-feira. Na ocasião, será analisada, entre outros itens, a solicitação do governo do Rio de Janeiro para realizar operação de crédito com a União, a fim de compensar os repasses do estado para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

As recém-aprovadas modificações da Resolução nº 78 – que define as regras para aprovação de autorizações de operações de crédito – permitem que seja dado parecer favorável à operação de crédito, segundo Fogaça.

Piva também incluiu na pauta da reunião extraordinária operação de



Piva convocou reunião a pedido de José Fogaça

crédito para o estado do Amapá e outras duas solicitações de empréstimo entre a União, o Pará e o banco do estado (Banpará), que estavam na pauta de ontem. Os pedidos do governo paraense, relatados pelos senadores de Mato Grosso Carlos Bezerra (PMDB) e Jonas Pinheiro (PFL), somam cerca de R\$ 370 milhões. Para pedir o adiamento da discussão da matéria, os relatores apontaram a existência de conflito entre os pareceres técnicos da consultoria do Senado e do Banco Central em relação à emenda oferecida em plenário.

## CCJ analisa proposta de orçamento participativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje para apreciar extensa pauta, onde estão incluídas uma proposta de emenda constitucional que estabelece o orçamento participativo e outra permitindo a participação do capital estrangeiro no setor de saúde.

A primeira proposta, de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), dispõe sobre a criação de mecanismos visando à participação da sociedade no processo de elaboração orçamentária, incluindo os planos plurianuais, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), emitiu parecer contrário à proposta.

A outra, do senador Júlio Campos (PFL-MT), suprime a proibição constitucional que têm as empresas e capitais estrangeiros de participarem do setor de saúde no Brasil. O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), em parecer favorável, alega que a realidade nacional não suporta reservas de mercado "que impe-



É de Simon a emenda que permite à população participar da elaboração do orçamento

çam, em caráter permanente, a concorrência estrangeira". O senador Bernardo Cabral apresentou voto em separado pela rejeição da proposta. Cabral entende que a entrada do capital estrangeiro no setor representa ameaça ao Sistema Único de Saúde, em virtude de um possível esvaziamento financeiro e de recursos humanos.

Outras PECs estão na pauta da CCJ, como a do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que acaba com a unicidade sindical. A proposta tem parecer contrário do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

### Iris Rezende é homenageado

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) será homenageado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com a aposição de seu retrato na galeria dos ex-presidentes da comissão.

O convite para a cerimônia, que acontecerá hoje, às 10 horas, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, foi feito pelo atual presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

## CAS discute piso salarial para médicos e dentistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), analisará, a partir das 10 horas de hoje, uma pauta de oito itens, entre eles projeto de lei da Câmara que trata da gratuidade de transporte para idosos.

O relator da matéria, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), é pela aprovação da proposta apresentando emendas. A votação é em caráter não terminativo.

Outro projeto de lei da Câmara na pauta da CAS é o que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

A matéria, que tem votação em caráter não terminativo, recebeu



Joel de Hollanda é o relator do projeto que dispõe sobre o piso dos médicos

parecer favorável do relator, senador Joel de Hollanda (PFL-PE). A CAS se reúne na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

# Requião quer conhecer resultado de auditoria

Senador não entende por que não chegou às suas mãos análise do TCU sobre aplicação das reservas do país. ACM promete tomar providências

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu à presidência do Senado que determine a localização de resultado de auditoria realizada, a seu pedido, pelo Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação das reservas cambiais brasileiras. Na ocasião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que atenderá ao pedido, e fez o seguinte comentário: "Devo manifestar a estranheza com o fato de o ofício não ter sido dirigido ao presidente da Casa e, sim, diretamente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)".

Antonio Carlos disse que falará com o senador Pedro Piva (PSDB-SP), presidente da CAE, para providenciar imediatamente as respostas requeridas por Requião. Caso o resultado da auditoria do TCU não esteja com Piva, o presidente do Senado disse que pedirá ao Tribunal uma cópia. Na opinião de Requião, "seria muito importante para o Congresso saber como e quem desapareceu com esse processo, de 13 de março até hoje, ou até quando ele for localizado".

Ao levantar o assunto em plenário, Requião narrou que, em agosto de 1996, apresentou um requerimento, aprovado pela unanimidade dos integrantes da CAE, solicitando uma auditoria do TCU a respeito das reservas cambiais brasileiras. Entre outras questões, o senador se preocupava com a forma de aplicação e a rentabilidade desses investimentos no exterior.

Há 15 dias, ele disse que vem sendo assediado pela imprensa, interessada em informações a respeito dessa auditoria. Procurou saber se a resposta do TCU chegara ao Senado, mas não a encontrou. "E fui surpreendido, na



O senador Roberto Requião conta que processo da auditoria feita a seu pedido está desaparecido desde o dia 13 de março

seqüência dos fatos, pela transcrição no jornal *O Globo*, e por manifestações no *Jornal Nacional* da TV Globo e no telejornal da TV Bandeirantes, mostrando trechos do parecer do TCU", afirmou Requião.

Conforme o senador, esses trechos da auditoria condenam a maneira pela qual o Banco Central está aplicando as reservas brasileiras. "Hoje, um artigo pe-

sado do Jânio de Freitas mostra que, no mundo inteiro, qualquer corretora cobraria no mínimo 0,5% para fazer essas aplicações, que já chegaram a incidir sobre pelo menos, teoricamente, uma base de reservas de US\$ 72 bilhões", informou o parlamentar. Também informou que, no período em que requereu a auditoria, as reservas brasileiras estavam em torno de US\$ 35 bilhões.

### Senador aponta irregularidades

Requião diz ter-se dedicado a buscar informações sobre o fato de esse relatório do TCU não lhe ter chegado às mãos ou ao conhecimento da CAE. "E, consultando o TCU, chegamos à conclusão de que, no dia 13 de março deste ano, o gabinete do senador José Serra recebeu, no seu protocolo, as informações do TCU", disse o parlamentar.

A primeira irregularidade apontada pelo senador, nesse episódio, está no fato de a resposta do Tribunal ter sido entregue no gabinete de Serra, apesar de ter sido requerida pela Mesa do Senado, que é o órgão que, formalmente, deve reportar-se a outro órgão, como o TCU. Outra irregularidade apontada pelo parlamentar: o relatório

da auditoria foi entregue ao presidente da CAE, mas não à CAE. "O protocolo não foi assinado por um funcionário da CAE, mas por um amanuense do gabinete do senador José Serra", observou Requião.

Ele informou já ter consultado o hoje ministro da Saúde José Serra sobre o assunto, ouvindo deste que nunca viu o resultado da auditoria do TCU. "Ele me disse que isso nunca passou por suas mãos. Mas hoje, lendo os jornais, sou surpreendido com uma notícia de que há, na capa do material que tramita no Senado, um carimbo de *sigiloso*", afirmou Requião. Para ele, seria muito importante que o Senado soubesse como o resultado dessa auditoria desapareceu.

## Comissão de Educação debate ensino de Espanhol no 1º grau

Com uma pauta de dez itens, entre projetos de lei, de decretos legislativos e emendas, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se hoje a partir das 10 horas.

Entre os projetos de lei, destacamos o que torna obrigatório o ensino de Espanhol em escolas de 1º e 2º

graus; o que regulamenta a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e o que estabelece mecanismo para veiculação de mensagens educativas de trânsito. Também serão apreciados seis projetos de lei que renovam concessão de estações de rádio AM e FM.



Artur da Távola é o presidente da CE, que tem outros dez itens na pauta



José Fogaça relatou projeto que cria gratificações de desempenho

## Senado autoriza RN e SC a contrair operações de crédito

Dois projetos de resolução, que ainda faltam ser promulgados, autorizando o Rio Grande do Norte e Santa Catarina a contraírem operações de crédito, foram aprovados ontem pelo Senado. Relatada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a primeira resolução autoriza o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado em maio deste ano, entre a União e o Rio Grande do Norte, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 99,2 milhões.

No âmbito desse mesmo programa, o segundo projeto autoriza Santa Catarina a realizar operação constante de contrato de abertura de crédito firmado entre a União e esse estado, no valor de R\$ 311,9 milhões. Relatado pelo senador

José Fogaça (PMDB-RS), o projeto teve voto contrário de Levy Dias (PPB-MS). Os recursos deverão ser destinados ao saneamento das instituições financeiras de Santa Catarina.

Foi aprovado projeto originário da Câmara alterando a Lei 9.620/98, que cria carreiras no âmbito do Poder Executivo federal. Relatado pelo senador José Fogaça, o projeto criou gratificações de desempenho e eficiência (GDE) e de desempenho de atividade de defesa agropecuária (GDA). A finalidade é dar maior racionalidade ao uso dos recursos humanos na fiscalização da defesa agropecuária. Foi também aprovado projeto, relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), dispendo sobre a sistemática dos recursos nos processos do Poder Judiciário.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1998

1

*Projeto de Resolução nº 106, de 1998 (Ofício nº S/69, de 1998). Comissão de Assuntos Econômicos.* Autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito, conforme o contrato celebrado em 13 de maio de 1998, entre a União e o estado do Rio Grande do Norte, com a intervenção do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. (Bandern), do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. (BDRN), da Bandern Crédito Imobiliário S.A. (Bandern CI), da Bandern Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. (Bandern CFI), todos em liquidação extrajudicial, do Banco do Brasil S.A. e do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de até R\$ 99.293.000,00.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

2

*Projeto de Resolução nº 107, de 1998 (Ofício nº S/82, de 1998). Comissão de Assuntos Econômicos.* Autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União e o estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 311.907.000,00, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele estado.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

3

*Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998 (nº 4.769/98, na Casa de origem). Presidente da República.* Altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, que cria carreiras no âmbito do Poder Executivo federal, cria as gratificações de desempenho e eficiência (GDE) e de desempenho de atividade de defesa agropecuária (GDA) e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. À sanção.

4

*Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem). Presidente da República.* Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

**Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 3-Plen. À sanção.

5

*Projeto de Resolução nº 97, de 1998 (Ney Suassuna).* Dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

**Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CAE (substitutivo). Prejudicado o projeto. À promulgação.

# Endividamento de estados terá regras mais flexíveis

Projeto do senador Osmar Dias, aprovado em plenário, permite compensação de perdas de receita com a aplicação do Fundef

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto de resolução destinado a flexibilizar a Resolução 78, que tornou rígidas as normas para operações de crédito e de antecipação de receitas orçamentárias para estados, municípios e Distrito Federal. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a matéria agora vai a promulgação.

Pelo texto aprovado, ficam permitidas as operações destinadas a compensar perdas de receita dos estados decorrentes da aplicação da Lei 9.424/96, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). De autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto tinha por objetivo ressarcir os estados que foram prejudicados por utilizar recursos próprios com o Fundef.

O substitutivo de Osmar Dias criou algumas exceções para as operações financeiras, dispendo que poderão ser contratadas operações de crédito entre estados e a União para a compensação parcial das perdas de receita devido à aplicação do Fundef. O texto dispensa a exigência da Resolução 78 segundo a qual o tomador do empréstimo deverá enquadrar-se nos limites baseados na receita líquida real.

Osmar Dias garantiu que liberalidade no endividamento dos estados não voltará



Ao defender seu substitutivo, Osmar Dias disse que o elaborou depois de consultar senadores, técnicos, diretores do Banco Central e consultores, concluindo por sua necessidade. "Não posso aceitar críticas feitas sem análise detalhada da questão e sem o conhecimento do que está sendo criticado", avisou ele. Também alertou para o fato de que a aprovação dessa matéria não significa o retorno da liberalidade no endividamento dos estados. Sustentando que não fez nenhuma concessão, mas um texto para tornar factível a Resolução 78, ele pediu: "Não estabeleçamos regras impraticáveis nessa quadra difícil que estamos vivendo".

Na discussão do projeto, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) testemunhou a dedicação com que Os-

mar Dias relatou a matéria e manifestou-se inteiramente favorável ao substitutivo. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) parabenizou o relator por ter respeitado da maneira mais fidedigna o espírito da Resolução 78, que em sua opinião "teve uma tormentosa gênese".

O senador José Fogaça (PMDB-RS) ressaltou o papel de Wilson Kleinübing, morto em outubro, nesse novo critério que o Senado adota para apreciação das operações financeiras dos estados. "Há agora um rigorismo muito maior do que o que conhecemos, pelo menos na última década", comentou ele. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) também cumprimentou o relator, para dizer que, com a aprovação desse substitutivo, o Rio de Janeiro não ficará injustiçado.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reconheceu que Osmar Dias fez uma verdadeira acrobacia para preservar a Resolução 78, mas avisou que votaria contra. Em sua opinião, o substitutivo propunha empréstimos para estados falidos se ressarcirem das perdas com o Fundef. Osmar Dias explicou que os estados não serão obrigados a se endividar, só o farão se o quiserem. Com a aprovação do substitutivo, o projeto original foi considerado prejudicado.

## Acordos externos serão examinados pela CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), adiou para as 10h de hoje a reunião que estava marcada para ontem, às 17h30. Em pauta, acordos externos e indicações de diplomatas, além de um projeto de lei.

Serão examinadas pela comissão as indicações de Geraldo Affonso Muzzi para o cargo de embaixador do Brasil na Malásia e de José Olympio Rache de Oliveira para o de embaixador do Brasil na Finlândia e Estônia, cumulativamente.

A comissão apreciará ainda os textos do Tratado de Exatidão celebrado entre o Brasil e a República da Coreia e do Acordo de Co-

operação na Área de Turismo, firmado entre os governos do Brasil e da Guiné-Bissau. Na primeira matéria, é relatora a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e na segunda, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A CRE discutirá também a Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, com parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), e o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado com o Uruguai, com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A pauta da CRE traz ainda projeto de lei que trata do ensino no



Emília Fernandes é relatora de acordo de extradição com a Coreia

Exército, com parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e o Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado com a Hungria, que tem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP). O último item da pauta tem parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN) e trata do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira feito entre o Brasil e a Alemanha.

## Cultura ao Meio-Dia exibe hoje *Bella Donna*

O projeto Cultura ao Meio-Dia apresentará hoje o filme *Bella Donna*, no Auditório Petrônio Portella. Rodado na praia de Canoa Quebrada, no Ceará, o filme tem belas imagens, com trilha musical composta especialmente por Dori Caymmi.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, acontece todas as quartas-feiras ao meio-dia, e tem entrada franca.

A película, exibida recentemente nos cinemas das grandes capitais do

país, é baseada no romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rêgo. O enredo se passa no final da década de 30, quando um jovem casal de estrangeiros chega ao vilarejo de Morro Branco, no litoral cearense. A mulher, Donna, logo se apaixona pelo lugar e pelo pescador Nô, com quem vive um romance.

O filme é mais uma superprodução brasileira do clã dos Barreto, tendo na produção Luiz Carlos e Lucy e, na direção, o filho Fábio Barreto.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Body Pump  
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Cirurgia da Obesidade - 1ª parte  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Folclore Goiano  
9h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a Lei Antidrogas  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - Sessão Plenária (ao vivo)  
12h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a Lei Antidrogas  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - a serra dos Órgãos  
13h30 - *Agenda Econômica* (representação) - O diretor do Ipea, Cláudio Considera, fala sobre o crescimento econômico e a redistribuição de renda a partir do ajuste fiscal  
14h30 - Sessão do Congresso (ao vivo)  
18h30 - *Cores do Brasil* - a Bahia  
19h - *Palestra* - Cooperação ou competi-

ção no trabalho

20h - *Cores do Brasil* - o Espírito Santo  
20h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a Lei Antidrogas  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Agenda Econômica* (representação) - O diretor do Ipea, Cláudio Considera, fala sobre o crescimento econômico e a redistribuição de renda a partir do ajuste fiscal  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - Sessão Plenária (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
14h30 - Sessão Plenária do Congresso (ao vivo)  
19h - "A Voz do Brasil"  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

# Dom Paulo celebra amanhã missa de confraternização

Ato coincide com a aprovação pelo Senado, no último dia 25, de voto de aplauso ao arcebispo emérito de São Paulo

A missa de confraternização de final de ano do Senado Federal será celebrada pelo arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que aceitou convite formalizado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A celebração acontece amanhã, ao meio-dia, e será aberta a todos os parlamentares e servidores do Congresso Nacional.

A missa coincide com a aprovação, no último dia 25, de voto de aplauso a dom Paulo. Apresentado por Simon e relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o requerimento para a homenagem foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Casa.

- Acho que o Brasil inteiro deve

uma homenagem a dom Paulo, figura singular da vida brasileira que teve presença marcante numa hora muito difícil de nossa história. O seu clamor foi no sentido de cobrar das elites brasileiras a responsabilidade pelas injustiças sociais existentes no país - destacou Simon.

#### INFLUÊNCIA

O cardeal-arcebispo nasceu em Forquilha (SC) em 14 de setembro de 1921. Foi nomeado bispo em 1966, chegando a cardeal da Igreja Católica em fevereiro de 1973. Nesse mesmo ano, criou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que se destacou pela defesa dos direitos humanos, em especial dos presos políticos. Também foi criador das Comunidades Eclesiais de Base, movimento voltado para, segundo suas próprias palavras,

"despertar o povo para a grande política e incentivar a ação partidária dos leigos".

- Dom Paulo influenciou, de maneira decisiva, mais de uma geração de brasileiros. Sua vida tem sido um exemplo de fé e coragem para todos, permanente inspiração para que o Brasil seja um país socialmente justo e, sobretudo, cristão - afirmou Tuma.

Depois de completar 75 anos (idade em que os bispos apresentam sua renúncia), dom Paulo foi substituído no dia 23 de maio deste ano na Arquidiocese de São Paulo por dom Cláudio Hummes. O arcebispo emérito vai, contudo, continuar nos cargos que exerce em congregações e ainda pretende escrever um livro sobre sua atuação durante o regime militar.



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o primeiro-ministro do Reino da Noruega, Kjell Magne Bondevik, que está em visita ao país para incrementar as relações bilaterais. O chefe do governo norueguês reuniu-se com o presidente da República antes de fazer visitas de cortesia aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Alcântara debate na TV estratégia antidrogas

A partir da combinação de dois projetos de lei antidrogas, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou um substitutivo que, entre outras mudanças em relação à legislação atual, passa a considerar o tráfico de entorpecentes um crime inafiançável.

Para comentar a proposta, a TV Senado convidou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor de um dos projetos que embasaram o substitutivo de Tuma.

Na opinião de Alcântara, é preciso punir de maneira mais rigorosa quem lucra com a disseminação do

que ele considera "uma verdadeira peste social". Já no que diz respeito ao usuário, é preciso enfrentar o problema de uma forma mais tolerante, opinou.

O senador contestou a possibilidade de o Brasil distribuir drogas para dependentes, a exemplo de países europeus, com o objetivo de acabar com o mercado de consumo explorado pelos traficantes. Ele citou declaração do autor do outro projeto-base, o deputado Elias Murad, de que "soaria absurdo um governo que sequer consegue distribuir remédios por todo o território



Lúcio Alcântara

rio nacional passar a distribuir entorpecentes".

Na entrevista, que vai ao ar hoje (às 9h30, 12h30 e 20h30, Lúcio Alcântara comenta, ainda, outros aspectos da proposta de Romeu Tuma, como o tratamento psicológico da família do usuário e a redução da pena prevista para os traficantes que prestem informações relevantes à polícia. Ele também fala das recomendações do recente fórum realizado para debater medidas de combate às drogas.

# Dutra explica apoio da oposição à MP das filantrópicas

Senador petista confirma intenção de ajudar governo a aprovar medida provisória, desde que sejam retiradas do texto mudanças que, no seu entender, representam “uma verdadeira reforma da Previdência”

Dutra propõe uma “discussão madura e responsável” entre governo e Congresso



A Medida Provisória nº 1.729, constante da pauta de votações da sessão do Congresso de hoje, não trata exclusivamente da restrição às isenções de inúmeras entidades que desfrutavam de incentivos como entidades filantrópicas e embute “uma verdadeira reforma da Previdência”, disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele reafirmou que o governo conta com a boa vontade das oposições em relação às alterações feitas para evitar que a filantropia seja usada como artifício para a evasão fiscal, mas propôs que a matéria seja apreciada isoladamente, desmembrada dos outros temas contidos na MP.

– Se o governo insistir em votar tudo junto, não teremos outra alternativa senão votar contra – afirmou.

Entre as outras mudanças promovidas pela MP, Dutra salientou a fixação de novos percentuais de multa para atrasos com a Previdência Social, o limite máximo para a remissão e anistia de contribuições previdenciárias e o esvaziamento do Conselho Nacional de Seguridade Social. Segundo o senador, vários dos 22 artigos da MP “não contam com o apoio da oposição”, por retirarem direitos e atingirem setores já prejudicados pela situação econômica do país.

Dutra referiu-se também a decla-

rações do porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, e de lideranças governistas, que “louvaram a posição oposicionista” favorável à redução dos incentivos às entidades filantrópicas. Para eles, a oposição teria parado de votar contra tudo o que o governo propõe. “Essa nunca foi a nossa posição”, rebateu Dutra.

Para ele, a votação da MP seria um momento para o governo demonstrar que quer “uma discussão madura e responsável com o Congresso”. Para tal, “não dá para usar o apoio das oposições como uma ceveja enfeitando um bolo bem maior”, comparou.

## Benedita ressalta contribuição de Tom Jobim ao país e à MPB

Falecido há quatro anos, em 8 de dezembro de 1994, Tom Jobim foi homenageado na sessão de ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que procurou reconstituir a trajetória biográfica de quem é considerado um dos mais notórios “embaixadores da cultura brasileira”. A homenagem talvez seja o penúltimo pronunciamento da senadora, que assumirá a vice-governadoria do Rio de Janeiro e deverá se despedir do Senado na semana que vem, conforme anunciou.

Do nascimento do maestro à aprovação pelo Senado, no último dia 3, da mudança do nome do Aeroporto do Galeão para Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/

Galeão – Antônio Carlos Jobim, a senadora salientou a formação, os laços familiares, a inovação de sua obra, a fama nacional e internacional e os inúmeros parceiros com que Jobim criou peças musicais inesquecíveis.

Entre as muitas parcerias de Jobim destacadas por Benedita estão as canções compostas com Billy Blanco (como *Tereza da Praia*), com Vinícius de Moraes, Sílvia Telles e João Gilberto. Intérpretes marcantes da obra de Tom Jobim, como Frank Sinatra e Elis Regina, também foram lembrados pela senadora, assim como as inúmeras criações de Jobim para peças teatrais e cinema.

Em aparte, o senador Francelino



Benedita relembrou trajetória do músico, que agora empresta o nome ao aeroporto do Rio de Janeiro

Pereira (PFL-MG) salientou o entusiasmo do maestro com a fundação do Centro Cultural do Banco do Brasil (RJ), cujos projetos de arquitetura e construção foram coordenados pelo senador, então exercendo a função de vice-presidente do BB.

**APARTES**

José Fogaça (PMDB-RS), por

sua vez, fez questão de engajar-se à homenagem cumprimentando a senadora pela sensibilidade de ter trazido valores novos para o plenário do Senado, como a de homenagear e destacar a importância cultural de músicos como Pixinguinha, Tim Maia e, agora, Tom Jobim, “síntese mais rica, elevada e exitosa” da genu-

ína criatividade musical brasileira. As iniciativas da senadora revelam o vínculo que ela tem com seu povo, disse.

Já para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que lançou segunda-feira no Rio de Janeiro um livro sobre a bossa nova, Tom Jobim tinha “uma brasilidade intrínseca, que se acentua na fase de amor à natureza, à ecologia, aos pássaros” de suas músicas. O maestro, como Louis Armstrong – acusado de “embranquecer” o jazz – também teve de dar conta de “muitas pancadas”, como às desferidas contra a bossa nova, que sofreu “a tolice completa” de ser acusada de “alienação política”, comentou o senador.

## Jonas protesta contra redução da tarifa de importação de algodão

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez, em plenário, um protesto veemente contra a redução da taxa de importação do algodão em pluma. Ele exigiu, em nome dos produtores brasileiros, uma explicação do governo sobre “as razões de se conceder essa redução em prejuízo dos interesses nacionais”.

Segundo o senador, um decreto de junho deste ano estabeleceu uma alíquota constante de 6% para a importação do algodão em pluma de países do Mercosul até o ano 2001. Decreto anterior, de novembro do ano passado, estabelecia essa alíquota apenas para 1997 e 1998, au-

mentando progressivamente nos anos seguintes: 8% para 1999 e 2000 e 9% para o ano seguinte.

Em seu pronunciamento, o senador fez um histórico da cotonicultura no Brasil, que após um período de penúria vinha dando sinais de recuperação. A partir dos anos 70, o governo passou a permitir a exportação apenas de algodão de baixa qualidade, piorando a excelente imagem que o produto brasileiro tinha no exterior.

A partir de 1990, a abertura comercial reduziu a zero as tarifas de importação, relatou o senador. Mais recentemente, o câmbio sobrelvalorizado e as altas taxas de

juros internas trouxeram sérias conseqüências: a produção de algodão em pluma caiu de 960 mil toneladas, em 1992, para 660 mil toneladas em 1995. No ano seguinte, a produção foi de 414 mil toneladas e, no ano passado, não passou de 355 mil toneladas.

Enquanto isto, segundo Jonas Pinheiro, o consumo brasileiro se manteve em 850 mil toneladas. Ano passado, o país importou meio milhão de toneladas, fazendo com que o Brasil, que se tornou o maior importador mundial do produto, gastasse US\$ 1 bilhão anualmente nessa importação.

O senador calcula que 400 mil trabalhadores na cultura de algo-



Segundo Jonas Pinheiro, o aumento da alíquota aborta processo de recuperação em curso

dão foram demitidos nos últimos cinco anos, 210 mil apenas no Paraná. Mas o governo federal procurou reverter a situação a partir de 1996, com a adequação dos preços mínimos, o aumento dos limites de financiamento para custeio e a extensão a beneficiadores e industriais do ramo das linhas de crédito para comercialização.

Com as medidas do governo, segundo o senador, houve uma reação dos produtores na atual

safrá, principalmente na região Centro-Oeste, com destaque para seu estado. O Mato Grosso teve uma área 105% maior destinada ao algodão na safra 1997/1998 (114 mil hectares). A perspectiva para a atual safra seria ultrapassar os 200 mil hectares de área cultivada com o algodão. A alteração das taxas de importação, no entanto, vem de encontro à política praticada anteriormente, o que pode inviabilizar a recuperação esboçada.

# Tebet cobra reforma no Dia da Justiça

Senador afirma que apelo em favor de um mutirão para desafogar as prateleiras dos tribunais foi acolhido pelo Tribunal Superior do Trabalho, que convocou juizes e promoveu esforço coletivo

A passagem do Dia da Justiça, ontem, foi destacada em plenário pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O parlamentar fez um apelo para que ocorra "a tão sonhada e esperada reforma do Poder Judiciário", segundo ele uma necessidade inadiável do povo brasileiro.

Tebet saudou todos os magistrados e tribunais do país, que "têm a grande e difícil tarefa de distribuir Justiça aos nossos semelhantes". Lembrou o dito filosófico segundo o qual os homens tentam usurpar de Deus a missão de julgar, tão árdua ela é.

O senador afirmou que a sociedade brasileira pede uma Justiça mais célere, rápida e eficiente. Citou Rui Barbosa, que já clamava por

"uma distribuição de Justiça consentânea com o avanço da sociedade brasileira".

Para Tebet, os magistrados cumprem seu dever, juntamente com o Ministério Público, "fiscal da lei e representante da sociedade", e os advogados, cuja atuação é considerada pela Constituição como indispensável à boa administração da Justiça.

## MUTIRÃO

Ele recordou discurso que proferiu recentemente solicitando um mutirão em favor da população "para desafogar as prateleiras de nossos tribunais". O pedido foi acolhido pelo Tribunal Superior do Trabalho, que convocou juizes de todo o Brasil para promover esse

Para Ramez Tebet, sociedade brasileira pede uma Justiça mais célere e eficiente



esforço coletivo, ontem.

Ramez Tebet disse que o Dia dos Direitos Humanos, que se comemora amanhã, está indelevelmente ligado ao Dia da Justiça. Para ele, a moderna concepção dos direitos humanos não significa apenas evi-

tar as torturas e viver em um regime democrático, mas também que todos tenham direito à cidadania, a viver bem, a uma boa qualidade de vida, à habitação, a um salário digno e honrado e, sobretudo, à Justiça.

## Marluce e Bezerra protestam contra nota sobre Orçamento

Uma nota publicada domingo no jornal *O Globo* causou dois protestos ontem, em plenário. Ambos foram feitos em aparte ao discurso que o relator-geral da proposta de Orçamento para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), fazia em homenagem ao Dia da Justiça. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reclamaram da matéria intitulada "Emendas individuais têm fins duvidosos".

Segundo Marluce Pinto, pela primeira vez seu nome aparece negativamente em reportagem relativa à comissão, que integra há dez anos. A publicação questiona os valores de emendas apresentadas pelos parlamentares para a construção de quadras poliesportivas, que variariam de R\$ 30 mil a R\$ 400 mil. Marluce apareceu na notícia como autora de uma emenda nesse valor máximo. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e a deputada Tetê Bezerra (PMDB-MT) tam-



Marluce Pinto quer preservar a Comissão de Orçamento e seus membros

bém foram citadas na matéria.

A senadora por Roraima explicou que a emenda se destinava à construção de oito quadras, aglutinadas formalmente em um só pedido devido à limitação do número de emendas individuais permitidas a cada parlamentar

(não podem ultrapassar a dez). Marluce Pinto solicitou a Ramez Tebet que, como relator-geral da proposta orçamentária e homem digno e justo, tomasse providências contra o repórter que escreveu a notícia, como forma de preservar a Comissão de Orçamento e seus membros, assim como todo o Congresso Nacional.

– Isto vem nodando mais ainda o nome dos parlamentares – lamentou Marluce.

Tebet afirmou que o aparte da senadora vinha ao encontro de seu pronunciamento, já que as emendas individuais têm a faculdade de democratizar o orçamento e, assim, distribuir justiça. O senador reiterou sua opinião sobre a necessidade de se democratizar mais o Orçamento da União, ampliando a realização de audiências públicas e visitas dos parlamentares às diversas regiões do país.

O senador Carlos Bezerra confirmou com a senadora, em seu aparte, que ela nem sequer fora ouvida pelo autor da reportagem, contrariando um princípio

básico do bom jornalismo. Criticou a imprensa brasileira em geral – para ele, "cheia de gente despreparada" – e também a insistência desta em criticar o Parlamento brasileiro.

Bezerra lembrou que os parlamentares têm o poder somente de alocar recursos no orçamento, cabendo ao Executivo executá-los ou não. Ressaltou que o Congresso Nacional tem poder decisório sobre, no máximo, R\$ 3 bilhões, em um Orçamento que totaliza R\$ 400 bilhões. Lamentou a inclusão do nome de sua esposa, a deputada Tetê Bezerra, na reportagem, o que desconhecia.

Tebet ressaltou a grandeza e a beleza do tema que levou à tribuna, lembrando que os apertes dos colegas permitiram mostrar a largueza do assunto. Lembrou que tanto o Poder Judiciário quanto os Poderes Legislativo e Executivo têm a tarefa de fazer justiça aos cidadãos a fim de "contribuir para dias melhores para a sociedade brasileira".

## Alcântara: Provão mostra qualidade do ensino

Os dados levantados com a realização do Provão do Ministério da Educação demonstraram que houve uma evolução na qualidade geral do ensino universitário, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador observou, no entanto, que a qualidade do ensino superior ainda é ruim.

Alcântara frisou que a mudança e a evolução têm que ser um compromisso do governo e criticou aqueles que tentam comparar e sugerir a transposição de modelos educacionais de outros países mais avançados para o Brasil, o que considera um erro.

Em aparte, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) afirmou que os resultados do Provão "indicam um novo caminho, proporcionam uma leitura clara do sistema educacional para pensarmos em novos instrumentos que nos levem à qualidade desejada".

Lúcio Alcântara lembrou que, na época em que o Provão foi implantado, a maior reação contrária veio das universidades públicas – estaduais e federais – e não das particulares.

Após dois anos de Provão no Brasil, continuou o senador, os dados mostram que as universidades públicas são melhores que as particulares, embora essas últimas tenham avançado e investido mais em qualidade. Para Alcântara, os resultados do Provão dão "a consciência do quanto ainda estamos por fazer na área da educação".



Para Alcântara, dados mostram que universidades públicas são melhores

## Ronaldo quer combater pirataria de CDs, que prejudica artistas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou ontem projeto de lei para combater a pirataria fonográfica, dando ao Executivo meios efetivos de coerção, como maior rigor das leis penais e mais agilidade na repressão a essas práticas delituosas.

– A falsificação rouba patrimônio artístico dos músicos e compositores, penaliza o comércio varejista e a indústria fonográfica, além de burlar o consumidor com um produto de baixa qualidade – afirmou o senador, da tribuna do plenário.

Segundo Ronaldo Cunha Lima,

muitos artistas estão preocupados com a falsificação e recorreram a ele para pedir uma iniciativa do Senado. "Não podemos permitir que essas atividades ilegais continuem causando mal aos artistas brasileiros, tentando calar a música brasileira e silenciar a alma de nosso povo", enfatizou.

Lembrando que esse tipo de pirataria surgiu no início da década passada, com as fitas cassete, Ronaldo Cunha Lima disse que "a ameaça se volta, agora, contra os CDs".

– Já são 30 milhões de CDs falsificados por ano, equivalentes a R\$ 600



Ronaldo Cunha Lima diz que mais de 30 milhões de CDs são falsificados por ano

milhões, conforme denúncia do *Correio Braziliense*. Ela precisa ser combatida com a criação de uma política

oficial contra a falsificação e o comércio ilegal desses produtos – observou.

### CONTRABANDO

O combate à cópia ilegal de CDs insere-se na luta contra toda e qualquer forma de contrabando, como a que tem sido desenvolvida pela Polícia Federal nas fronteiras do Brasil, disse ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A afirmação foi feita em apoio a pronunciamento do senador Ronaldo Cunha Lima, autor de projeto de lei que altera o Código Penal, criando mecanismos legais contra a falsifi-

cação de produtos culturais como CDs, discos e fitas cassete de áudio e vídeo.

No âmbito da contenção ao contrabando nas fronteiras, Tuma destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo delegado Mauro Sposito, da Polícia Federal, na área de Tabatinga, na fronteira norte. Além do contrabando, a região é assolada pelo narcotráfico, dado que a Colômbia, há mais de cinco anos, passou a produzir a papoula para obter lucros desde o início do processo de produção de drogas, informou.